

Revista da Revolução, n.º 22, Maio-Junho 1974

CAMINHEMOS NUMA LARGA FRENTE UNITÁRIA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL E A PAZ

Mensagem do Presidente da FRELIMO ao povo e militantes das zonas ocupadas, e aos soldados do exército português em Moçambique.

24 de Julho de 1974

Camaradas,
Moçambicanas e Moçambicanos,
Soldados portugueses amigos do Povo moçambicano,

Vivemos o momento exaltante e decisivo da nossa História em que a luta armada de libertação nacional, a resistência patriótica das massas unidas pela FRELIMO do Rovuma ao Maputo provoca o desmoronamento do regime colonial português.

A determinação inabalável do nosso povo e dos povos irmãos de Angola e da Guiné-Bissau conduziu à falência o regime colonial-fascista de Marcelo Caetano. Com legítimo orgulho do dever internacionalista de solidariedade cumprido, podemos afirmar que a nossa luta, o nosso sacrifício e sangue já contribuíram para libertar o Povo português do nosso aliado, duma longa e abominável opressão.

Até nesta libertação dum outro Povo se manifesta a justeza da nossa linha política. O nosso combate pôde beneficiar os outros Povos porque sempre soubemos definir com correcção a natureza do inimigo e dos alvos, os objectivos e métodos da luta.

As vitórias da nossa guerra popular de libertação, aliadas à queda do regime fascista na metrópole colonial criaram condições para que nas zonas ocupadas as largas massas do nosso Povo exprimissem clara e publicamente a sua decisão de conquistarem o seu direito mais sagrado e inalienável: independência total e completa de Moçambique.

Face a esta situação o colonialismo intensifica as suas manobras. Revestindo uma fachada de democracia, que sempre combateu e combate, o colonialismo desesperadamente lança-se em novos e vazios jogos de palavras. Armando-se em defensor do Povo que ele sempre oprimiu e oprime, o colonialismo tenta sem pudor disfarçar-se em defensor dos direitos das massas. Criador de divisões, fomentador do racismo, o colonialismo pretende ainda apresentar-se como promotor da coexistência e relações harmoniosas entre os diversos grupos linguísticos e raciais que compõem o nosso Povo. Derrotado numa das mais cruéis guerras coloniais, o colonialismo ousa ainda querer perguntar ao nosso Povo se deseja ser independente. Bárbaro agressor, responsável por massacres selvagens, criminoso de guerra, o colonialismo diz-se agora pacífico.

Em vão.

O Povo desmascara e rechaça as manobras. Unânimemente, moçambicanas e moçambicanos de todas as raças, grupos linguísticos, crenças religiosas e origens sociais, identificam-

se com a FRELIMO; rejeitam as manobras divisionistas dos grupos fantoches criados pelo inimigo; combatem intransigentemente as tentativas de perpetuar o colonialismo sob veias e novas formas.

Nas plantações, nas fábricas, na estiva, nos caminhos de ferro, nas repartições, nas escolas, na universidade, nas comunidades religiosas, no seio do exército colonial, em todas as zonas ainda ocupadas pelo inimigo, em todos os sectores de trabalho, desenvolve-se impetuosa a luta do nosso Povo pela independência nacional, contra o colonialismo e a sua guerra de agressão.

A unidade do nosso Povo e a sua firmeza permitem que continuamente se alastre a nossa luta, libertando a terra e os homens da dominação inimiga.

Vemos assim na Província da Zambézia que, embora iniciada há menos de um mês, a luta cobriu já mais de um terço da Província, mobilizando no ímpeto libertador negros e brancos, irmanados na sua personalidade moçambicana e a decisão de conquistarem a independência da Pátria. Em poucas semanas mais de 5.000 patriotas se voluntariaram para ingressarem nas fileiras das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Moçambicanos de todas as raças, forçados a ingressarem no exército colonial, desertam em massa e utilizam as suas armas para defenderem os interesses populares.

Com profunda alegria o Povo moçambicano saúda a deserção na Província da Zambézia de mais de um milhar de soldados do exército colonial, na maioria pertencentes aos Grupos Especiais - GE e Grupos Especiais de Paraquedistas - GEP.

Estes nossos irmãos compreenderam que o colonialismo os queria transformar em agressores do seu Povo. Eles decidiram colocar-se ao lado das massas, manifestaram a sua personalidade de patriotas moçambicanos e combateram pela liberdade.

Este despertar magnífico da consciência estende-se a todas as regiões do nosso país.

Embora sujeita à intoxicação da propaganda colonial-fascista, vítima de numerosas provocações cometidas pelos terroristas, submetida à influência nefasta duma Rodésia resistente, a população branca de Vila Pery soube também descobrir a realidade e compreender a justeza do nosso combate e da nossa linha política.

Em Vila Pery, convencidos pelas nossas acções de que a FRELIMO é o verdadeiro defensor dos interesses de todos

os que vivem do trabalho honesto e querem construir um novo Moçambique, fazendeiros e madeireiros, encabeçados pelo Governador do Distrito, vieram encontrar os nossos combatentes, com o objectivo de transformarem o seu Distrito numa zona de paz.

A FRELIMO felicita a população branca de Vila Pery pela sua tomada de consciência, acto histórico promissor para o futuro da nossa Pátria e susceptível desde já de criar novas zonas de paz no nosso país.

A criação de zonas de paz significa a vitória do combate unitário do nosso Povo pela independência nacional, significa iniciar em mais uma região o processo de reconstrução nacional, de instauração do Poder Popular Democrático.

Para que esta paz se torne real na cidade de Vila Pery e nas zonas circunvizinhas, importa que as autoridades de facto administrativas e militares, sigam escrupulosamente as instruções que lhes serão dadas pelos dirigentes locais da FRELIMO, representantes legítimos da vontade e do Poder Popular.

Essencialmente essas instruções implicarão numa primeira fase a neutralização do exército colonial de ocupação, a permissão para os soldados moçambicanos de todas as raças de regressarem às suas casas ou de virem para as zonas libertadas, o desarmamento das milícias e forças privadas e a tomada de medidas energéticas contra os grupos terroristas e zombes provocadores. Simultaneamente importará desenvolver-se o trabalho político de mobilização e organização das massas negras e brancas, para esclarecimento das consciências, para a descolonização mental colectiva e individual que a todos libertará dos complexos de superioridade e inferioridade, com vista à consolidação da unidade nacional instrumento fundamental para a conquista da nossa independência e força motriz do nosso desenvolvimento.

A posição da população de Vila Pery integra-se na larga corrente de transformação que se opera na nossa Pátria.



De todas as zonas ainda ocupadas pelo inimigo chegamos numerosas mensagens, abaixo-assinados e cartas. Operários, camponeses, estudantes, empregados, funcionários de todas as escalões incluindo os mais elevados, agricultores, comerciantes, industriais, membros de profissões liberais, religiosos, organizações de toda a espécie, todos nos escrevem afirmando a sua adesão à FRELIMO, o repúdio das manobras colonialistas incluindo a de referendums e sublinhando a determinação em libertar a Pátria.

Particularmente significativas para a FRELIMO são as cartas enviadas por pessoas que, embora não naturais de Moçambique, se radicaram na nossa terra e, identificando-se ao nosso Povo, como moçambicanos querem edificar a nossa Pátria.

A todos saudamos e dizemos que a FRELIMO é do povo moçambicano e nas nossas fileiras há lugar e tarefas para cada moçambicana e moçambicano, para todos os que se querem afirmar como moçambicanos, incluindo os que não sendo naturais de Moçambique querem viver e construir o novo Moçambique.

De primordial importância no momento actual é a posição tomada pelos soldados engajados de força no exército colonial e numa guerra opressora.

Todos nos congratulamos com a atitude corajosa e patriótica de 2.000 soldados de Boane e do Quartel de Engenharia de Lourenço Marques. Declarando o seu apoio à FRELIMO e à independência total que significa a paz real soldados recusaram justamente serem enviados para zonas operacionais. É de salientar que nos dois quartéis esta atitude foi apoiada por numerosos militares portugueses.

Da mesma maneira os fuzileiros navais estacionados no Chire, na Província da Zambézia, recusaram serem engajados nas operações.

Esta atitude dos soldados em Boane, em Lourenço Marques e no Chire não é isolada.

Recebemos muitas mensagens de oficiais, incluindo do escalão superior, sargentos e praças do exército colonial em Moçambique, declarando o seu apoio a causa da independência moçambicana e informando-nos da sua recusa em participarem em acções contra o nosso Povo e combatentes. Mais recentemente, numa reunião no Quartel General de Nampula, um grande número de oficiais superiores presentes pronunciaram-se a favor do fim das operações contra o nosso Povo e combatentes.

O Povo moçambicano, os militantes e combatentes e o Comité Central da FRELIMO, saúdam a tomada de posição dos praças, sargentos e oficiais portugueses contra a guerra colonial, cancro que rói os nossos dois Povos.

Eles compreenderam que se encontravam engajados numa guerra injusta ao serviço de interesses sórdidos. Estes militares que diariamente na sua carne e consciência sofrem as consequências duma política criminosa, verificaram que o prolongamento inútil da guerra destina-se simplesmente a criar as bases dum sistema que perpetue a exploração do nosso Povo e riquezas pelas companhias monopolistas multinacionais e estrangeiras.

Estes praças, sargentos e oficiais que durante dez anos sofreram por interesses alheios ao Povo português souberam assumir os laços de amizade entre os nossos Povos e querem conduzir o seu exército a contribuir para a consolidação destes laços.

A estes nossos amigos dizemos que desde já é possível instaurarmos a paz, desde que seja reconhecido o nosso direito fundamental à independência.

Estas manifestações unânimes do Povo Moçambicano, dos soldados moçambicanos no exército colonial e agora dos próprios militares portugueses, demonstram-nos claramente que o prosseguimento da guerra é da responsabilidade exclusiva do governo colonialista português.

O governo de Lisboa recusa ainda aceitar a vontade clara do Povo moçambicano e do próprio exército português. Por isso até agora não reconhece o direito do Povo Moçambicano à sua independência completa e total, nem o princípio da transferência dos poderes que ainda exerce à FRELIMO, legítimo representante do Povo.

Esta obstinação é criminosa e contrária aos interesses comuns dos nossos Povos, e destina-se exclusivamente a retardar o fim da guerra e permitir, em conivência com os sequazes do regime colonial-fascista, a instalação de terceiras forças fantoches a soldo do imperialismo.

As campanhas de provocações e terrorismo que se desenvolvem em vários pontos e nomeadamente nas cidades de Lourenço Marques e Beira, comprovam amplamente esta realidade.

Tal como durante os regimes de Salazar e Caetano, as

forças reaccionárias portuguesas jogam com a vida dos filhos do Povo português no exército colonial, para salvaguardarem os seus interesses mesquinhos.

Neste contexto, recai uma responsabilidade particularmente grave sobre a nova administração colonial de Moçambique, encabeçada pelo Governador Soares de Melo.

Esta administração apenas representa e exprime os interesses estrangeiros, os interesses do colonialismo. A sua tolerância e colaboração com elementos fascistas e racistas, a sua passividade perante as provocações e crimes dos terroristas, a sua caução à agressão colonial, mostra definitivamente àqueles que ainda tinham ilusões que, conforme a FRELIMO declarou já, aquilo a que o Governo português chama de governo provisório, não é senão uma administração colonial.

O Povo moçambicano inteiro, unido do Rovuma ao Maputo, sob a bandeira da FRELIMO, quer a liberdade, a paz e a independência, que são inseparáveis.

O colonialismo português será abatido, o povo moçambicano vencerá.

Lançamos a palavra de ordem mobilizadora: CAMI-NHEMOS NUMA LARGA FRENTE UNITÁRIA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL E A PAZ.



... Liga na FRELIMO.



A dominação colonial portuguesa foi sempre caracterizada pela violência e brutalidade. Foto da revista alemã 'Stern'.

No dia 11 de Junho de 1974, o representante da FRELIMO na Tanzânia, Camarada Joaquim Alberto Chissano, entregou ao senhor Nicolas de Rougemont, representante da Cruz Vermelha Internacional, uma criança de cinco anos de idade, chamada Maria Lígia Fernandes.

Em Fevereiro de 1974, no decurso de uma operação contra a guarnição inimiga em Chipembe, Cabo Delgado, ela fora salva pelas forças da FRELIMO. A criança esteve ao cuidado da Organização da Mulher Moçambicana e encontra-se de boa saúde.

Após termos contactado o Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC), fizemos preparativos para ela ser devolvida aos pais na Beira, Moçambique, através daquela entidade.

Maria Lígia partiu para a Beira na companhia do senhor Rougemont, no dia 12 de Junho de 1974.